

Grupos de sexualidade estigmatizada em busca do reconhecimento na esfera de visibilidade pública

Andressa Marques da Silva¹

Resumo: Tomando como ponto de partida o pressuposto de que grupos de sexualidade estigmatizada precisam lutar contra a invisibilidade para alcançarem o respeito social, este artigo abordará alguns dos obstáculos enfrentados por indivíduos pertencentes a esses grupos para publicizar suas demandas e identidades. Para tanto, foram realizadas duas entrevistas com participantes do Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual (CELLOS) e uma entrevista com participante do Centro de Referência GLBTTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros) do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de investigar os modos como esses atores buscam inserir seus anseios e questões na esfera de visibilidade pública.

Palavras-chave: esfera pública, reconhecimento, identidade, grupos de sexualidade estigmatizada.

Introdução

Grupos de sexualidade estigmatizada, que sofrem opressão simbólica e são desvalorizados socialmente, elaboram e reconstruem suas demandas e experiências em circuitos restritos de discussão e sociabilidade. Nesses circuitos, eles utilizam uma linguagem própria, muitas vezes inacessível ou desconhecida de públicos diferenciados. Mas, a partir do momento em que desejam lutar por direitos, por reconhecimento social e pela estima alheia, eles devem empreender tentativas de levar suas vozes para o espaço público de discussão e visibilidade. A hipótese aqui defendida é a de que a transposição de questões de natureza privada para a esfera de visibilidade pública faz com que alguns assuntos sejam privilegiados em detrimento de outros, sendo que os indivíduos e grupos devem escolher formas de linguagem que consigam mobilizar amplos setores da sociedade, a fim de que suas questões alcancem o *status* de questões publicamente relevantes e de interesse coletivo.

É perceptível que estes grupos de sexualidade estigmatizada, como os gays, lésbicas, travestis e transexuais, cada vez mais ganham visibilidade na mídia (Marques, 2003; Reis, 2003).

¹ Estudante do Curso de Especialização em Comunicação, Imagens e Culturas Midiáticas da UFMG (andressarp@yahoo.com.br)

Apesar de ser a passos lentos, e o preconceito ainda ser muito grande, grupos que sofrem uma grande opressão simbólica persistem na luta por reconhecimento, que pode ser entendido como a construção intersubjetiva que permite uma relação positiva com o *self*, garantindo a integridade dos sujeitos. É sabido que a construção de nossa identidade é um processo, ao mesmo tempo, autônomo e relacional, pois dependemos do reconhecimento e da estima alheia (Honneth,2003). A identidade é formada relacionalmente e ganha a forma de uma narrativa coerente (Hall, 2000) a partir de nossas experiências intersubjetivas marcadas por construções simbólicas que envolvem relações de poder.

Ao longo dos anos, diversos grupos gays estão se formando em todo o país, em busca da inserção de suas vozes e demandas na esfera pública. Esta última é descrita por Habermas (1997) não como um lugar ou espaço concreto onde os cidadãos se encontram para discutirem sobre questões de interesse como, mas ela é, sobretudo um processo comunicativo que envolve o conflito discursivo em que os participantes buscam novas formas de entendimento e novos pontos de vista por meio da troca argumentativa e do debate.

Este artigo visa estudar, a partir das narrativas geradas em entrevistas com participantes do Centro de Luta Pela Orientação Sexual e do Centro de Referência GLBT TT do Estado de Minas Gerais, como o processo de luta por reconhecimento e visibilidade na esfera pública se expressa na fala de pessoas sexualmente estigmatizadas. Busca-se também investigar como se dá o processo de transposição dos assuntos tratados em âmbitos privados para o espaço público. Partimos da premissa de que a luta contra a invisibilidade e outras formas de opressão simbólica só obtém sucesso quando as formas de desvalorização que atingem os grupos minoritários e oprimidos são problematizadas em uma esfera pública de discussão generalizada.

Dessa forma, buscou-se perceber como alguns participantes do grupo CELLOS e do Centro de Referência transpõem o espaço privado e localizado das discussões e alcançam a esfera de visibilidade pública, aqui entendida como os espaços de circulação dos discursos públicos cuja materialidade se expressa, por exemplo, nas revistas, sites da internet, folhetos, jornais impressos, etc. (Maia, 2004). Entendemos que o espaço que estes centros proporcionam, pode ser considerado como um espaço público de discussão e troca de experiências e pontos de vista que visam alcançar não só um melhor entendimento de questões comuns, mas também estabelecer possíveis soluções para os dilemas enfrentados por um coletivo específico.

Este artigo divide-se em três partes. Na primeira parte, recupera-se os principais marcos teóricos da discussão atual sobre o processo de construção das identidades no contexto da pós-modernidade, conectando-o à luta por reconhecimento empreendida por indivíduos e grupos que sofrem com a opressão simbólica. Na segunda parte, são delineadas as escolhas metodológicas que nortearam a pesquisa empírica que teve como objetivo extrair das narrativas biográficas e das experiências de pessoas sexualmente estigmatizadas indicadores de luta por reconhecimento contra a desvalorização social. Por fim, na terceira parte são apresentadas as análises de entrevistas realizadas com três pessoas (uma transexual e dois homossexuais) de modo a evidenciar seus pontos de vista sobre questões ligadas à identidade, preconceito e valorização social.

A identidade visível na esfera pública: a busca por reconhecimento

A fim de melhor compreender como grupos de sexualidade estigmatizada desenvolvem maneiras de transpor suas questões de espaços mais restritos para espaços de ampla visibilidade, torna-se necessário entendermos os conceitos de esfera pública, reconhecimento e identidade. Para Jürgen Habermas, a esfera pública não é uma instituição ou organização, e sim “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (1997:92). Rousiley Maia também afirma que a esfera pública é formada não de forma única e global, “mas sim constituída por diversos públicos que se organizam em torno de temas ou causas de interesse comum” (2004:10).

Conforme Habermas (1997), a esfera pública é o espaço de uma situação de fala, de diálogo, na qual os participantes buscam tomar uma posição perante as opiniões e observações dos outros. Por isso, ela é constituída através da linguagem. E é formada também, principalmente, por uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento. Ela não existe de antemão, mas é constituída a partir do momento em que atores ou grupo de atores tematizam e generalizam questões de modo a despertar o interesse do público mais amplo e da esfera parlamentar. Dessa forma, a esfera pública é vista como o lugar de origem do poder comunicativo, que surge quando os participantes não se restringem a observar-se mutuamente, alimentando-se da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, mas agem de modo

cooperativo, respeitando-se mutuamente para construir, por meio do diálogo, novos entendimentos para questões que os afligem (Habermas, 1997). Nesse sentido, o espaço público é o espaço da comunicação intersubjetiva através da qual há a formação de opiniões e a constituição dos julgamentos. Portanto, este constitui o espaço do aparecimento e da visibilidade no qual a singularidade de cada um é reconhecível, onde o indivíduo pode ser julgado por suas ações e opiniões, e não pelo que são, no que se refere a classe, origem ou raça.

Na esfera pública, as manifestações são escolhidas conforme os temas e tomadas de posição a favor ou contra as necessidades de cada grupo, e as informações e argumentos são elaborados na forma de opiniões focalizadas. Assim, tais opiniões reunidas são transformadas em opiniões públicas através do modo como surgem e através do vasto assentimento de que gozam. “Uma opinião pública não é representativa no sentido estatístico. Ela não constitui um agregado de opiniões individuais pesquisadas uma a uma ou manifestadas privadamente; por isso, ela não pode ser confundida com resultados da pesquisa de opinião.” (HABERMAS, 1997: 94).

A esfera pública nasce na sociedade civil e se estende para além dela. Esta última dita as questões sobre as quais o público deve discutir na esfera pública. Segundo Habermas, a sociedade civil é composta de “movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política.” (1997: 99). E para que haja a conservação da esfera pública, os atores estão conscientes de que, através de suas diferenças de opinião e de sua luta por influência, estão envolvidos no empreendimento comum de reconstrução e manutenção das estruturas da esfera pública.

Segundo Maia (2004), os atores da sociedade civil buscam construir suas razões de modo cooperativo, pois, desta forma tornam-se mais aptos a produzir decisões apoiadas em razões públicas convincentes, apesar de a superação das desigualdades não ser uma tarefa fácil. “Um problema inicial a ser enfrentado pelos públicos que surgem no espaço político é estabelecer credibilidade e autoridade para além da própria comunidade de argumentantes” (MAIA, 2004: 27).

Mesmo sendo árdua e conflituosa a luta pela igualdade social de um sujeito perante os outros, independente da escolha sexual, reconhecimento é algo que todos os indivíduos buscam e necessitam:

O contexto de luta social mostra seu significado específico de perturbação de relações sociais baseadas em última instância no reconhecimento mútuo,

precisamente como um fator anterior e prévio a qualquer outro, é que o reconhecimento pode ser percebido como o componente central no processo de formação ética do espírito humano (SOUZA, 2000:163)

Jessé Souza (2000), afirma que o sujeito deve ser visto como um indivíduo que, necessita que os outros sujeitos aceitem suas capacidades e qualidades, pois, desta forma ele se sentirá reconhecido e conseqüentemente em comunhão com os outros, favorecendo sua disposição de também reconhecer o outro em sua originalidade e singularidade. É a partir dessa valorização progressiva que o sujeito é estimulado a novas lutas e conflitos por reconhecimento e por direitos.²

Nesse sentido, Axel Honneth (2003), contribui muito para evidenciar algumas importantes características do reconhecimento, por exemplo, o fato de que nossa existência como seres humanos só é validada pela estima de outros indivíduos. Segundo ele, o reconhecimento só é alcançado através de relações intersubjetivas. Apoiando-se em Hegel, Honneth afirma que a autoconsciência para ser formulada, necessita primordialmente, da consciência de que os outros existem.

Honneth (2003) distingue três dimensões de reconhecimento intersubjetivo – amor, direitos e solidariedade – e estabelece que as identidades dos sujeitos devem ser elaboradas e negociadas em três âmbitos da experiência: relações privadas (relações íntimas entre amigos, pais, vizinhos, etc.); legais, (relações baseadas nas leis e direitos); e sociais (relações estabelecidas na comunidade e que geram laços de solidariedade). É importante ressaltar que cada uma dessas dimensões se desenvolve em âmbitos distintos, mas que se encontram interconectados.

O reconhecimento conquistado nas relações de amor e de amizade assegura que cada indivíduo estabeleça uma autoconfiança básica. Essa é, segundo Honneth (2003), a pré-condição psicológica primordial para que as pessoas possam alcançar os outros níveis de reconhecimento: direitos e solidariedade. O reconhecimento que se processa no âmbito das relações legais permite aos indivíduos se definirem como iguais portadores de direitos na perspectiva de seus companheiros de deliberação. E, por fim, o reconhecimento obtido no âmbito das relações sociais

² Vera da Silva Telles (1990) ressalta que, os direitos não garantem por si a existência do espaço público, (principalmente quando se trata de um grupo minoritário como o dos homossexuais). Portanto, torna-se necessário que a sociedade civil organizada (movimentos sociais), esteja consciente de que possui o “direito a ter direitos”, e dessa forma trave uma luta simbólica e política “em que se questionam as representações e imagens instituídas referidas à condição de classe, sexo, idade, cor, trabalho, moradia.” (1990: 46).

provém um sentido afetivo de solidariedade e de estima social. Conforme Honneth (2003), para que os indivíduos adquiram uma relação plena e satisfatória com o seu *self*, eles precisam, além do amor e do direito, de uma forma de estima social que os permite e os incentive a desenvolver suas características concretas.

Podemos afirmar, então, que os indivíduos devem buscar o reconhecimento como algo essencial para a construção de um senso de valor próprio. Visto que, é diante do outro, mesmo que haja a aprovação ou rejeição, que eles procuram posicionar-se para alcançarem um status de valorização de suas identidades pessoais e coletivas.

O reconhecimento possui uma estreita ligação com o processo de construção de nossas identidades. Afinal, a identidade é fruto de um projeto individual e relacional que também depende de nossas interações para adquirir densidade e coerência. Para entendermos melhor como se dá esta construção, o autor Stuart Hall (2000) distingue três concepções de identidade: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo apresentava-se na lógica do indivíduo puramente centrado e unificado, onde o sujeito nascia com capacidade de razão, de consciência e ação. Esta formação era vista como uma espécie de núcleo interior, que ao longo do tempo desenvolvia-se com o indivíduo. Esta concepção foi criticada por ser muito individualista.

Porém, o sujeito sociológico expõem-se com uma noção diferente. Com a complexidade do mundo moderno, não é possível o sujeito ser autônomo e auto-suficiente: ele necessita relacionar-se com outras pessoas para que haja a mediação dos valores, sentidos e símbolos. Por sua vez, a concepção de sujeito pós-moderno revela que o indivíduo que anteriormente possuía “uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas.” (HALL, 2000: 12). O processo de identificação tornou-se mais provisório, variável e problemático, sendo assim, mais difícil projetarmos as nossas identidades.

É possível, segundo afirma Hall (2000), que o sujeito possua diversas identidades e estas sejam assumidas conforme o momento. Há identidades contraditórias dentro de nós que, são conduzidas em diferentes direções, de forma que nossas identificações sempre estão sendo deslocadas. É fantasioso acreditarmos em uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente. O que ocorre é justamente ao contrário disso, estamos sempre nos deparando com

uma diversidade de identidades possíveis, com quais poderíamos nos identificar, mesmo que seja temporariamente.³

A relação do indivíduo, desde criança, com os sistemas simbólicos inicia-se a partir da busca pela formação do eu no olhar do outro. Este é o momento da sua entrada nos diversos sistemas de representação simbólica, onde estão inclusos: a língua, a cultura e a diferença sexual. A formação inconsciente do sujeito vem acompanhada de sentimentos contraditórios e sem resolução, fazendo com que este sujeito se sinta dividido por toda a sua existência.

Dessa forma, “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.” (HALL, 2000: 38). Portanto, de acordo com Hall, torna-se melhor usarmos o termo identificação ao invés de falarmos da identidade como algo acabado. Assim, para ele, a identidade surge

não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (2000: 39).

Homi Bhabha (1998), também afirma que, a identidade nunca deve ser vista como um produto pronto e acabado e sim como um processo longo e com diversos problemas, no que se refere ao acesso a uma imagem da totalidade. Para que haja o esclarecimento das condições discursivas dessa imagem psíquica, devemos pensar na perigosa perspectiva da própria conceitualização da imagem. “A imagem é apenas e sempre um acessório da autoridade e da identidade; ela não deve nunca ser lida mimeticamente como aparência de uma realidade.” (BHABHA, 1998: 85).

De acordo com Bhabha (1998), são três as condições necessárias para o entendimento do processo de identificação na analítica do desejo: primeiro, ter existência real em relação a uma alteridade, que é qualidade do que é outro; segundo, o próprio espaço da identificação é visto com um lugar de cisão e terceiro, “a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem.” (BHABHA, 1998: 76).

³ Hall (2000) nos mostra como o trabalho de Freud tem apresentado grande importância sobre o pensamento moderno nas três últimas décadas. Freud acredita que as nossas identidades, nossa sexualidade e até mesmo a construção dos nossos desejos, são formados a partir de processos psíquicos e simbólicos do inconsciente. Essa teoria funciona com uma lógica bem diferente da Razão, onde o sujeito é visto de forma cognoscente e racional, munido de identidade fixa e unificada.

A produção de uma imagem de identidade é algo que sempre buscamos ter, pois, para que possamos construir a nossa identidade necessitamos do reconhecimento do outro, torna-se imprescindível ser aceito na sociedade na qual estamos inseridos. Principalmente, temos o desejo de sermos aceitos pelos mais próximos, por exemplo, pelos familiares. Como afirma Honneth (2003), o reconhecimento conquistado no nível das relações privadas (amor, amizade, etc.) é necessário para que o indivíduo possa estabelecer a autoconfiança com seu *self*, sendo essa a pré-condição psicológica básica para que as pessoas possam alcançar os outros níveis de reconhecimento anteriormente mencionados. No entanto, nem sempre é isso que acontece com os grupos de sexualidade estigmatizada, como os gays, lésbicas, travestis e transexuais, que já sofrem, normalmente, o preconceito dentro da própria casa, impondo dificuldades à construção da sua identidade.

É importante salientarmos também como se dá a construção da identidade coletiva, visto que, os homossexuais normalmente estão inseridos em um grupo mais específico dentro da sociedade. Em muitos casos é participando de movimentos que os homossexuais podem ser e apresentar-se como eles mesmo são, não correndo o risco de serem discriminados. Nesse sentido, a identidade coletiva apresenta-se:

um processo dinâmico de construção de práticas coletivas que criam um conjunto de significações interpretativas da estrutura e da hierarquia societal; além de, nesse processo dinâmico, serem estruturadas relações que criam e dão formas ao sentimento de pertencimentos grupais entre elementos que compartilham crenças e valores sociais responsáveis pela criação de um unidade grupal que se sustenta sobre a dinâmica da negociação, da comparação entre grupos e categorias sociais, através das relações de reciprocidade e do reconhecimento. (PRADO, 2006: 200).

Neste trabalho procura-se enfatizar como indivíduos sexualmente estigmatizados, inseridos em grupos específicos de luta por direitos contra o preconceito e a invisibilidade, entendem a questão do reconhecimento e da transposição de seus problemas de uma esfera restrita de discussão para a esfera pública de debate ampliado. Para tanto, torna-se necessário explicitar as escolhas metodológicas que nortearam esta investigação.

Considerações metodológicas

De modo a investigar o que indivíduos sexualmente estigmatizados sabem, crêem, sentem e desejam a respeito do preconceito, da invisibilidade e do reconhecimento social, escolhemos o método da entrevista como o mais adequado a nossos propósitos. A entrevista pode ser apresentada em diferentes níveis e, para esta pesquisa especificamente, foi utilizado o método da entrevista em profundidade semi-estruturada, que “adota um roteiro flexível como norteador, o que favorece o diálogo com o entrevistado, aprofundando aspectos importantes para a compreensão de seu pensamento e sentimentos sobre o assunto em pauta”. (VEIGA, GONDIM, 2001:1).

Foram realizadas duas entrevistas com dois homossexuais que fazem parte do Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual (CELLOS) e uma entrevista com uma transexual que participa do Centro de Referência GLBTTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros) do Estado de Minas Gerais. A opção por entrevistar pessoas “engajadas” se remete ao pressuposto de que pessoas sexualmente estigmatizadas procuram escapar do ostracismo e do preconceito ao se ligarem a movimentos capazes de transpor suas demandas, necessidades e questões do espaço privado para o espaço público. Nossa hipótese é a de que esses indivíduos têm mais chance de fazer com que a injustiça por eles sofrida alcance maior amplitude na esfera pública de tematização de questões de interesse coletivo.

Deve ser observado que, uma das vantagens da entrevista em profundidade semi-estruturada é que elas são discursivas, o que permite ao entrevistado apresentar sua argumentação de forma mais livre, proporcionando ao entrevistador oportunidades para sondar opiniões, atitudes e valores dos participantes. Luciana Veiga e Sônia Maria Guedes Gondim (2001) afirmam que o entrevistador, ao sentar-se junto com seu entrevistado e ao analisar seu depoimento, este deve procurar entender por que o seu interlocutor pensa e age de uma determinada forma, pois, é isto o que se busca a partir da análise do discurso do cotidiano, que está claramente presente nas entrevistas.

As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado dividido em três partes. A primeira parte busca investigar o motivo pelo qual estas pessoas começaram a fazer parte destes centros, assim como o modo de organização de suas ações ativistas. Na segunda parte, os entrevistados são convidados a expressar suas opiniões referentes ao dilema da visibilidade X invisibilidade. Já

na terceira parte explorou-se a importância do reconhecimento para estas pessoas, conforme as três dimensões indicadas por Honneth (amor, direito e valorização social).

Nas análises realizadas conferimos maior ênfase às respostas obtidas na segunda e terceira partes das entrevistas. Isso porque é justamente nesses momentos das entrevistas que os entrevistados formulam seus pontos de vista sobre as representações que os estigmatizam e procuram verbalizar seus anseios e desejos com relação à sua luta pela valorização social e pelo respeito mútuo. Nesse sentido, Patrick Charaudeau (1999), salienta que os “indivíduos podem se definir e se reconhecer como pertencendo a um grupo social em função dos discursos de representação aos quais eles aderem ou, ao contrário, em função dos discursos de representação que eles rejeitam”. (CHARAUDEAU, 1999: 36). De acordo com Maia (1999), não podemos subestimar nossas histórias de vida e até mesmo a cultura à qual já pertencemos, as quais fundam as nossas visões compreensivas.

Na próxima seção, serão analisados os dados coletados a partir das entrevistas realizadas visando explorar o modo como eles entendem o dilema da visibilidade e da invisibilidade, a questão da identidade, e por fim o reconhecimento, conforme as três dimensões caracterizada por Honneth: amor, direitos e valorização social.

Entre o desafio e a permanência de representações estereotipadas

Como mencionado anteriormente, o preconceito contra grupos e indivíduos de sexualidade estigmatizada dificulta que suas questões e identidades alcancem visibilidade na esfera de discussão social mais ampla. Um primeiro ponto abordado pelos entrevistados referente ao dilema da visibilidade X invisibilidade, foi a respeito de algumas telenovelas da emissora Globo terem mostrado casais homossexuais buscando enfrentar o preconceito e assumir sua relação:

A: O que você pensa a respeito de casais homoeróticos passarem a fazer parte das tramas das novelas?

C: Eu acho que a gente tem que naturalizar a relação homossexual e construir referências positivas desses homossexuais, né? Porque assim, um dos problemas que nós homossexuais tivemos durante a história foi a invisibilidade, né? Muitos homossexuais não se assumem com medo do preconceito e aí, o que é mostrado para a sociedade, por exemplo, é a lésbica estereotipada, caricata, exagerada, que não representa uma referência produtiva, né? Então quando é abordado na novela, mesmo com algumas críticas é uma

forma de dar visibilidade e tentar naturalizar a relação homossexual. Essa temática é abordada com pouca naturalidade, pois, já vimos gente roubando e matando nas novelas, mas nunca vimos beijos entre homossexuais. (entrevista realizada no CELLOS, no dia 28/11/06).

Podemos observar que por mais que a novela tente colocar o assunto em questão, o preconceito ainda é muito grande. Temas polêmicos ainda encontram uma resistência social muito grande, não alcançando, na maior parte das vezes, o status de questões que o público deve discutir. Conforme retrata Marco Aurélio Máximo Prado (2006, p.193), “abordar as formas de inserção no espaço público e as (in)diferenciações identitárias sugeridas na complexidade das sociedades contemporâneas é uma tarefa bastante árdua.” Algumas novelas têm expressado tentativas de desestabilizar e questionar o estereótipo caricato atribuído aos homossexuais e lésbicas (Marques, 2003). Contudo, há ainda uma tensão entre representações mais complexas e a prevalência do estereótipo. Como o próprio entrevistado mencionou, as novelas dão visibilidade a relações menos risíveis, mas mantêm a falta de sensualidade das relações homoeróticas. Isso nos revela ainda como o campo da produção cultural é perpassado por forças econômicas e poderes simbólicos capazes de determinar os rumos tomados por uma determinada trama ficcional. O primeiro beijo gay da telenovela brasileira, por exemplo, anunciado por Glória Perez em *América* (Globo, 2005), terminou não ocorrendo por causa dessas forças que determinam a instância da produção. Contudo, a audiência debateu muito essa alteração no modo de representação e publicização das questões relativas ao estigma dos homossexuais.

Prado (2006) apresenta a importância do espaço público para que as pessoas estigmatizadas alcancem a visibilidade tão necessária ao questionamento das opressões simbólicas. Como já mencionado, o espaço público é o locus do antagonismo, da oposição de idéias, onde as premissas que sustentam os múltiplos pontos de vista passam a emergir, onde a interação e a expressão de atores coletivos são primordiais. Mas, nem sempre este espaço de visibilidade é tão fácil de ser alcançado. Primeiro, porque os próprios indivíduos sexualmente estigmatizados têm que ultrapassar as fronteiras do espaço privado, aceitando os riscos de expor a própria identidade diante dos outros. Se o espaço das relações familiares, amorosas e de amizade proporciona a proteção contra o escrutínio alheio, o espaço público exige que os indivíduos exponham uns diante dos outros suas questões, desejos, falhas e posições. E isso é altamente arriscado, como menciona um dos entrevistados:

A: A questão da homossexualidade sempre foi encarada como tabu, como assunto que deve ficar entre quatro paredes. O que você acha da luta por visibilidade às suas questões, desejos e problemas?

L: (...) O tabu está dentro da sexualidade, falar de sexo é complicado. Se fosse assim os heterossexuais seriam bem resolvidos em questão de sexo, teria conversa na família e na escola. Este tema sexualidade, falar dos nossos desejos mais íntimos é uma coisa muito complicada para qualquer ser humano. (entrevista realizada no CELLOS, no dia 17/11/06).

Na luta por visibilidade, os entrevistados encontram e identificam seus “opositores”. Estes últimos podem ser coletivos (a sociedade), ou mesmo individuais, ou seja, pessoas comuns que os desvalorizam cotidianamente. Localizar os “inimigos” é uma tática comum para a ação dos indivíduos que desejam lutar contra o preconceito. Saber para quem falar, diante de quem apresentar-se e como construir a própria representação é um passo crucial para a conquista de direitos e da cidadania (Silva, 2000):

C: Eu acho que, é... tem que entender por exemplo o que, que o movimento faz de ação política a partir de existir essa discriminação por conta de sua orientação sexual, né? Uma coisa que era para ser privada se torna pública, porque a sociedade discrimina os indivíduos, né? Então há uma necessidade de dar visibilidade, porque é uma forma de combater essa discriminação, né? Porque, por exemplo, se a discriminação fosse somente por, pela prática sexual, deveria dar respeito somente a minha pessoa, se eu sou passivo ou ativo, mas a partir do momento que você é discriminado, você tem que reagir de alguma forma, né? Então não se trata somente da questão do desejo, é, a origem é o desejo, mas se trata fundamentalmente de uma questão política e social, né? É a sociedade que discrimina, é então quando você dá visibilidade a essa sua questão que é privada, ela é política e social, então é uma necessidade, por isso que a gente acha que é necessário que as pessoas se assumam, como uma forma de combater o preconceito. (entrevista realizada no CELLOS, no dia 28/11/06).

Outra questão que merece destaque é que a luta por reconhecimento, entendida como uma luta contra a opressão simbólica, não se encontra dissociada da luta por redistribuição e contra injustiças de ordem material. Segundo Jessé Souza,

A injustiça simbólica é causada por padrões sociais de auto-representação, interpretação e comunicação. Resultados desse tipo de injustiça são a hostilidade, a invisibilidade social e o desrespeito que a associação de interpretações ou estereótipos sociais reproduzem na vida cotidiana ou institucional. (...) A injustiça econômica, por sua vez, é enraizada na divisão social do trabalho e na estrutura político-econômica de uma sociedade. (2000, p.182-183).

Nesse sentido, é interessante notar como os próprios entrevistados tematizam a interseção entre esses dois tipos de injustiças:

W: A própria sociedade é que aleija a comunidade GLBT TT de um convívio social com equidade, a sociedade marginaliza as travestis, transexuais. Se existe travesti na porta da casa da “Dona Maria” e do “Sr. João” é porque eles têm parte de culpa nesta marginalização. Não existe emprego para uma travesti, para uma transexual, você não vê uma em um banco, no correio. (entrevista realizada no Centro de Referências GLBT TT, no dia 13/11/06).

Na próxima seção, identificaremos como os entrevistados se posicionam a respeito dos três âmbitos do reconhecimento apontados por Honneth: amor, direitos e solidariedade.

Dimensões do Reconhecimento

Durante as entrevistas podemos observar como estes indivíduos de sexualidade estigmatizada buscam e necessitam do reconhecimento para vencerem processos de opressão simbólica e material. Dentre os três níveis de reconhecimento apresentados por Honneth (2003), o âmbito das relações privadas é aquele que mais está presente nos relatos dos entrevistados, visto que este nível refere-se às relações amorosas e de amizade nas quais cada sujeito encontra apoio para solucionar suas necessidades concretas. Isso fica evidente no depoimento do seguinte entrevistado:

A: Você enfrenta algum tipo de preconceito por parte de sua família, seus amigos e conhecidos?

C: Olha, todo homossexual sofre preconceito, o primeiro lugar que sofremos preconceitos é na família, diferente de outras minorias. O negro quando é discriminado na rua, tem o pai que vai ajudar ele, o deficiente é discriminado na rua, tem o apoio da família, nós homossexuais não, o primeiro lugar que sofremos discriminação é na família, né? Porque a família é patriarcal, capitalista, burguesa e todos os valores, e assim é uma camisa de força para homossexualidade. Eu nunca sofri discriminação de meu pai e minha mãe, de me chamar de veado, gay, que prefere filho morto, tive uma relação boa ao passo que não poderia levar meu namorado na minha casa em festa de natal da família, sempre o apresentava como amigo, então é uma forma de repressão e opressão. (entrevista realizada no CELLOS, no dia 28/11/06).

A forma de desrespeito que corresponde à auto-estima é a agressão física, capaz de causar danos morais que comprometem o domínio sobre o próprio corpo. Conforme Honneth (2003), o desrespeito refere-se ao reconhecimento recusado, que toca a integridade corporal de uma pessoa, configura-se no retirar de um ser humano sua livre disposição sobre seu corpo. O sentimento

gerado pelo desrespeito, afeta a autonomia pessoal e gera o sentimento de não possuir o *status* de igualdade moral. É justamente este o sentimento expresso por um dos entrevistados quando perguntado sobre experiências de preconceito:

W: Sim, na verdade eu já sofri preconceito, sou filha de juiz de direito, ele me agrediu fisicamente quando eu era adolescente, me expulsou de casa, me mandou morar no gueto, por que pessoa como eu não poderia viver no convívio da sociedade. Meus irmãos, é, falavam que eu queimava o nome do meu pai, o filme da família, então eu fui morar na zona, no gueto, eu só não prostitui, porque eu acho assim, Deus foi muito bom para mim, porque eu pedia todos os dias para não cair na prostituição. (entrevista realizada no Centro de Referências GLBTTT, no dia 13/11/06).

É no âmbito dos direitos que os indivíduos procuram ser percebidos e tratados como parceiros iguais em processos discursivos sobre normas e leis. Honneth afirma que o sujeito se sente respeitado quando encontra “reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso.” (2003:193). Para estes grupos de sexualidade estigmatizada, a luta pelos direitos em muitas ocasiões se concretizam a partir dos movimentos:

A: Você acha que as pessoas devem lutar por direitos?

L: Claro que sim, eu luto aqui pelo movimento gay, o movimento não pensa só no movimento, a gente quer saúde, educação pra todo mundo, será benéfico pra gente também. (entrevista realizada no CELLOS, no dia 17/11/06).

A luta coletiva dos movimentos sociais contribui para que questões que antes se concentravam na esfera privada passam a ser percebidas como questões coletivas que devem ganhar a esfera pública de visibilidade e discussão. Ainda hoje o preconceito é muito grande, mas, com a organização e pressão exercida pelos movimentos sociais, estes grupos passaram a ser mais reconhecidos através de novas formas de representação e expressão de suas identidades e anseios. Dessa forma,

Na medida em que essas experiências negativas deixam de expressar apenas o infortúnio de indivíduos isolados, e passam a expressar a experiência compartilhada de muitos outros, emerge o potencial para uma ação coletiva voltada para o alargamento dos padrões de reconhecimento. (...) Os movimentos sociais podem mostrar que a experiência de desrespeito é típica de todo um grupo de pessoas e, com isso, ajudar a estabelecer condições culturais para a resistência e a revolta (SILVA, 2000: 126).

A partir do momento em que estas pessoas ganham espaço para visibilidade e consequentemente passam a ser reconhecidas, outros ganhos também passam a ser conquistados, como por exemplo, a Lei Estadual 14.170 (Reis, 2003) que permite o afeto em público, “cujo projeto teve autoria do deputado João Batista de Oliveira, foi sancionada pelo governador Itamar Franco em janeiro de 2002. A lei ‘determina a imposição de sanções à pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual’.”(2003: 7). Apesar de esta lei já estar em vigor, ela não é tão conhecida e, em muitas situações, os homossexuais continuam a passar por situações de constrangimento público e de preconceito:

L: Uma vez eu estava em uma pizzaria e o garçom veio pedir para eu parar de fazer carinho no meu namorado, porque um pai disse que estava com crianças lá. Mais uma vez! Mau exemplo para criança é ensinar o preconceito. (entrevista realizada no CELLOS, no dia 17/11/06).

Por mais que já existam algumas leis responsáveis por conferir suporte legal aos grupos de sexualidade estigmatizada, a sociedade segue reafirmando estereótipos, impondo barreiras à problematização dos preconceitos e à valorização social dos sujeitos (algo que deveria ser direito de todos) e ampliando a exclusão social. Alcançar a dignidade e o respeito designa “portanto a possibilidade de igualdade tornada eficaz, por exemplo, nos direitos individuais potencialmente universalizáveis. A dignidade pressupõe um reconhecimento universal entre iguais.” (SOUZA, 2000: 172). Como veremos na fala a seguir, a dignidade confere um status comum aos cidadãos:

A: Para você, o que significa ser valorizado pela sociedade?

C: Ser valorizado, é pra mim ..., é ser respeitado, na amplitude enquanto pessoa, homem enquanto gay, né? Isso é ser respeito, fundamentalmente Ter a dignidade que qualquer ser humano tem, emprego, moradia, educação e acesso a cultura. Eu acho que isso é que é ser valorizado, isso não só para os homossexuais, pois são poucas as pessoas que são cidadãos. (entrevista realizada no CELLOS, no dia 28/11/06).

A dignidade e a estima alheia permitem que os indivíduos refiram-se “positivamente à suas propriedades e capacidades concretas.” (HONNETH, 2003: 198). A contribuição que as capacidades particulares trazem ao “todo” social faz com que sejam criados vínculos de pertencimento e inclusão entre uma pluralidade de sujeitos que, apesar de compartilharem culturas e quadros de entendimento diferenciados, compõem uma mesma sociedade. Um dos entrevistados, ao ser indagado sobre o que seria ser valorizado pela sociedade, afirma o seguinte:

W: Bom, eu acho que a sociedade me valorizar é me incluir com respeito nos lugares públicos, que mesmo eu sendo uma pessoa pública, eu sofro preconceito. As pessoas pensam que não, mas..., a sociedade não está preparada para me receber. O respeito por parte da sociedade como cidadã é um reconhecimento. (entrevista realizada no Centro de Referências GLBTTT, no dia 13/11/06).

O reconhecimento mútuo não só assegura uma relação positiva com o próprio *self*, mas auxilia, sobretudo, na construção de identidades coerentes e de posições de sujeito capazes de serem percebidas como dignas de valor e de respeito. A construção da cidadania e de representações mais plurais dependem da luta das minorias pelo reconhecimento alheio, pois a valorização de estilos de vida, das contribuições particulares de cada um e dos direitos devidos a cada um constitui-se no cerne das reivindicações dos movimentos sociais contemporâneos.

Considerações finais

Este artigo consistiu no estudo e levantamento de alguns modos de representação de grupos de sexualidade estigmatizada, a partir das narrativas geradas em entrevistas com participantes do Centro de Luta Pela Orientação Sexual e do Centro de Referência GLBTTT do Estado de Minas Gerais.

Os depoimentos dos entrevistados nos revelaram como indivíduos que fazem parte de grupos minoritários enfatizam a importância da visibilidade para a luta contra o preconceito. O ostracismo é apontado por todos eles como a principal forma de opressão que enfrentam. É preciso, então, alcançar a esfera de visibilidade pública para tornar públicas formas de preconceito que, até então, pareciam afetar apenas alguns poucos indivíduos. Tornar pública uma injustiça significa também unificar as insatisfações de todos aqueles que passam pelos mesmos problemas. Eis aí o potencial de luta trazida pela ausência do reconhecimento (Honneth, 2003).

Ao mesmo tempo, vimos que essa transposição de assuntos tidos como privados para a esfera pública de discussão e problematização não se configura como um processo fácil e automático. Para se exporem diante de um público ampliado, os entrevistados apontam que é preciso vencer os riscos de ser julgado e avaliado pelo olhar do outro. Um “outro”, identificado como “a sociedade” ou como “eles”, que é implacável em suas observações dirigidas pelo preconceito e pela homofobia. Há, portanto, que se preservar uma esfera de intimidade, uma vez que nem todos os assuntos privados devem vir a público (Habermas, 1997).

Outro dilema identificado pelos entrevistados refere-se à impossibilidade de separarmos as opressões simbólicas das injustiças materiais. O fato de não existir um emprego “formal” (em bancos, agências do correio, serviços administrativos, etc.) para pessoas que modificam seu corpo (travestis, transformistas, transexuais, etc.) nos mostra a prevalência de lugares pré-definidos onde essas minorias devem “encaixar-se” sob pena de não conseguirem uma inserção social capaz de fornecer-lhes estima social. Como vimos, esta última advém da contribuição particular e específica de um determinado indivíduo aos projetos coletivos de uma sociedade. E é através do emprego que conseguimos empregar nossas habilidades à serviço do coletivo. Assim, as injustiças materiais, ocasionadas pelo preconceito cultural, devem adquirir a mesma importância para aquele que se interessa em analisar a luta de grupos minoritários pelo reconhecimento.

Com relação às dimensões do reconhecimento, nossos entrevistados apresentam as dificuldades que enfrentam diante de suas famílias. As relações privadas, capazes de garantir uma auto-confiança básica aos sujeitos, são por eles caracterizadas nos moldes do desrespeito e da agressão física. Todos eles relatam que tiveram momentos de tensão diante de familiares e amigos: conflitos que vão desde a violência física até a necessidade de mentir para resguardar uma relação de possíveis represálias.

O âmbito dos direitos, responsável pela criação de leis e normas capazes de proteger as minorias de agressões e atos de preconceito, revela-se ainda um desconhecido pela maioria dos homossexuais. Nossos entrevistados, por estarem ligados a movimentos sociais e grupos de discussão que se reúnem com grande frequência, apresentam um maior conhecimento das leis que os asseguram proteção contra atos de homofobia. Mas, mesmo conhecendo as leis, eles ainda relatam casos em que a razão é sempre conferida aos agressores. A existência das leis deve ser fruto de um longo processo de mudança das mentalidades e alargamento dos pontos de vista, e não uma simples imposição que em nada altera o senso comum.

Por fim, mostramos como os entrevistados valorizam e demandam sua dignidade e sua valorização diante dos outros. A dignidade apresenta para eles várias facetas: ser tratado com respeito em lugares públicos, conquistar um emprego, ter acesso à cultura, à moradia e à saúde e, por fim, adquirir direitos e cidadania. As narrativas por eles providas nos mostram o quanto a luta por eles empreendida é árdua e conflituosa. Na maioria das vezes, os homossexuais, e mais ainda as transexuais, se vêem diante de barreiras privadas e públicas, as quais dificultam a construção de suas identidades e de uma relação positiva com seu self. Contudo, é possível verificar grandes

conquistas em todos esses âmbitos, principalmente para aqueles que se associam a movimentos e grupos de modo a buscar repercutir seus problemas e desejos na esfera de visibilidade e de debate público.

Perfil dos entrevistados

C tem 35 anos, é jornalista e presidente do CELLOS desde sua fundação há 5 anos.

W não informou a idade, é presidente do Centro de Referências GLBTTT desde sua fundação há 2 anos.

L tem 44 anos, cursa pedagogia e é militante do CELLOS desde sua fundação há 5 anos.

Referências Bibliográficas:

BHABHA, Homi K. Interrogando a identidade. In: *O local da cultura*. Editora UFMG, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. “Análise do discurso: controvérsias e perspectivas”. In: MARI, H. et al. *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso. Fale – UFMG, 1999, p. 27-43.

HABERMAS, Jurgen. “O papel da sociedade civil e da esfera pública política”. In: *.Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 57-121.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HONNETH, Axel. Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito, solidariedade. In: *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 3, 2003. p. 155-121.

LEAL, Bruno. “Estranhas entranhas *Em nome do desejo*, de João Silvério Trevisan”. In: SANTOS, Rick; GARCIA, Wilton. *A escrita de até: perspectiva teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2002. p. 127-133.

LIMA, Marcus Antônio Assis. *O estilo Sui Generis de vida gay: identidade e esfera pública*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociabilidade) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

- MAIA, Rousiley C. M. “Discursos práticos e a busca pela ética”. In: MARI, H. et al. *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso. Fale – UFMG. 1999, p. 73-85.
- MAIA, Rousiley C. M. “Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública”. In: LEMOS, A. et al. *Livro do XII Compós – Mídia. br*. Porto Alegre: Sulina, 2004a. p. 09-38.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. *Da esfera cultura à esfera política: a representação de grupos de sexualidade estigmatizada nas telenovelas e a luta por reconhecimento*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociabilidade) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo. “Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo”. In: MAIA, R. e CASTRO, M. C. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 193-212.
- REIS, Roberto Alves. *Quando o afeto ganha a esfera mediática: casos de sujeitos homoeróticos e estratégias jornalísticas para enquadrar as vozes de leigos e especialistas*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociabilidade) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- SILVA, Josué P. “Cidadania e Reconhecimento”. In: AVRITZER, L. e DOMINGUES, M. (orgs.). *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p.124-135.
- SOUZA, Jessé. “A dimensão política do reconhecimento social”. In: AVRITZER, L. e DOMINGUES, M. (orgs.). *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 159-184.
- TELLES, Vera Silva. “Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”. In: *Tempo Social*, v.2, n. 1, 1990, p. 23-46.
- VEIGA, Luciana e GONDIM, Sônia Maria Guedes. “A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político”. In: *Opinião Pública*. Campinas, v. 7, n. 1, 2001, p. 1-15.